



**MAGALHÃES, Justino (Org), *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático. Atlas-Repertório dos Municípios na Educação* (Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa), 2014, pp. 338.**

Como se afirma logo a abrir o livro, ele “é produto do Projecto Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e Cultura, em Portugal (1820-1986)”. Na sequência de outros resultados com que a equipa nos foi brindando desde 2011, debruçemo-nos agora sobre este em particular. Nas suas 338 páginas, com os Anexos a ocuparem a partir da página 196, este “produto científico” assumir-se-á durante muito tempo como uma referência para os investigadores da História da Educação, por três razões que entendo como mais relevantes: a) pelo novo quadro conceptual que abre não permitindo mais que sejam ignorados termos, conceitos e quadros de análise no tempo longo que

devemos passar a incorporar; b) a incorporação na História da Educação de abordagens “analíticas” até aqui apenas aceites esporadicamente na epistemologia da História geral; c) pela herança que lega aos futuros investigadores, revelando-se neste particular o contributo dos Anexos que se evidenciam capacidade de sistematização, deixam em aberto análises mais específicas sobre os temas propostos.

Começemos pelo novo quadro conceptual: quadros histórico-pedagógicos, município pedagógico, rede escolar, território educativo, centralização/descentralização educativa, estatalização, arquivo histórico-pedagógico, cartografia educativa e cultural, modernidade educativa, repertório educativo, pedagógico e cultural, são, entre muitos outros, termos e conceitos que ganharam conteúdo, identidade e significado. Sabemos que nem todos são novidade, mas a capacidade de lhes dar espessura compreensiva no tempo longo, entre meados do século XVIII e últimas décadas do século XX, tornam-nos hoje extremamente mais ricos na sua semântica. Depois da obra “Da Cadeira ao Banco – Escola e Modernização (séculos XVIII a XX)”, editada em 2010, o autor presenteia-nos com uma aplicação eminentemente prática dessa “busca incessante” de uma modernidade, inscrita no tempo longo e escrita com uma originalidade vocabular que se nos obriga a não prescindir dela em futuras investigações.

Quando refiro as “abordagens analíticas” desta obra, estou a pensar na carga simbólica que a revista “Annalles” teve nas nossas formações, mas estou também a recordar os meus primeiros tempos de professor do curso complementar do ensino secundário onde a abordagem da História de Portugal era estruturada em torno dos

“complexos histórico-geográficos”, propostos por Vitorino Magalhães Godinho, mas que deixavam, inexplicavelmente, de fora os séculos XIX e XX. Ora, os cinco quadros histórico-pedagógicos que Justino Magalhães nos propõe: (Pombalismo-Joanismo/Estatalização; Vintismo, Liberalismo, Regeneração/Nacionalização; O Local como Autarquia – Município Pedagógico/Republicanismo; Estado Novo/Município Corporativo; Revolução Democrática) incorporam naturalmente as investigações que foram sendo realizadas de forma mais particularizada ou tematizada ou, ainda, cronologicamente mais circunscritas, mas rompe com a ditadura do tempo político, trazendo para a análise histórico-pedagógica ideias que se corporizaram ou ensaiaram, ou simplesmente foram propostas, e que demoraram o seu tempo a institucionalizarem-se. Num pseudo-espartilho temporal (a que nos parecia levar a delimitação em quadros) conseguimos vislumbrar ideias, pensamentos, sugestões, propostas, iniciativas que marcaram o terreno da educação e da cultura (em particular bibliotecas e associações) e que não tiveram o mesmo ritmo dos acontecimentos do tempo curto político ou militar. Neste sentido, o tempo onde se inscreveram até aqui a esmagadora maioria das nossas investigações têm agora conjunturas e estruturas de natureza histórico-pedagógica que ajudarão a dar um outro sentido a esses trabalhos mais particularizados.

Mas referia-me ainda à herança que lega aos futuros projetos e investigações na nossa área. Lendo as mais de 300 páginas, compreendemos o significado e alcance desta herança. As pontas soltas que o autor nos vai deixando ao longo deste livro avivam-nos fontes que nos escapavam em termos de significado e de localização, in-

dicam locais que foram visitados mas cuja riqueza documental não pôde ser explorada, indicam novas cartografias a fazer rentabilizando os dados agora disponíveis, permite-nos, na riqueza dos 17 quadros dos Anexos, vislumbrar o quanto ainda há para fazer. Neste sentido, mais do que um ponto de chegada que todos devemos ler, é um ponto de partida, para nós e para aqueles que nos procuram na perspectiva de encontrarem nos nossos conselhos caminhos para o seu interesse histórico na educação. Para uns, jovens investigadores, ou para outros, seniores, a herança deste livro remete-nos para uma nova visão das problemáticas, um novo vocabulário, mas sobretudo a importância que, pensando nós que eram apenas de hoje, tiveram já o seu espaço no tempo longo da história portuguesa, na longa luta entre centralização e descentralização, da permanente tensão entre centro (governo) e periferia (município) e do longo caminho que percorrem as ideias até se institucionalizarem... ou não.

Não sendo possível qualquer recensão substituir a leitura da obra que recenseia, muito menos isso é possível com esta e, pelo que atrás ficou dito, o objetivo era mesmo deixar apenas no ar a necessidade da sua leitura, até porque, como todos sabemos, o comentário só existe porque a obra o precedeu e só espero que este sirva para despertar o gosto pelo mergulho na própria obra. Será tonificante esse mergulho, isso posso assegurar!

*Luís Alberto MARQUES ALVES*  
*Faculdade de Letras*  
*na Universidade do Porto*